



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ – 18.668.376/0001-34

PARECER JURÍDICO Nº 077/2026

Solicitante: Divisão de Compras e Licitação

Solicitado: Procuradoria-Geral do Município

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA. CREDENCIAMENTO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. LEI Nº 14.133/2021. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA COMPLEMENTAR A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. ANÁLISE DA LEGALIDADE E VIABILIDADE DO PROCEDIMENTO. OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. POSSIBILIDADE, COM RECOMENDAÇÕES.

I. RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica do Processo Administrativo nº 071/2026, instaurado pela Secretaria Municipal de Saúde de Monte Belo, que visa ao credenciamento de profissionais médicos especializados em psiquiatria, devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina (CRM) e com Registro de Qualificação de Especialista (RQE), para a prestação de serviços consistentes na realização de consultas médicas, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme detalhado no Termo de Referência e no Edital de Credenciamento nº 004/2026.

A contratação é justificada pela Secretaria demandante como essencial para complementar a rede municipal de saúde, cuja capacidade instalada se mostra insuficiente para atender, de forma integral e tempestiva, à totalidade da demanda existente na área de saúde mental. A documentação anexa, incluindo o Estudo Técnico Preliminar (ETP) nº 012/2026 e o Documento de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ – 18.668.376/0001-34

Formalização de Demanda (DFD), demonstra a crescente necessidade dos serviços, o aumento da demanda reprimida por consultas especializadas, a sobrecarga dos serviços de atenção básica e a dificuldade de fixação de profissionais médicos especialistas em municípios de pequeno porte, mesmo após tentativas de provimento por meio de concurso público e processo seletivo.

O valor total estimado da contratação é de **R\$ 480.288,00 (quatrocentos e oitenta mil, duzentos e oitenta e oito reais)** para um período de 12 (doze) meses, correspondente a 2.400 consultas anuais ao valor unitário de R\$ 200,12. O procedimento foi enquadrado como Inexigibilidade de Licitação nº 017/2026, com base na Lei nº 14.133/2021 e nos decretos municipais que a regulamentam.

Os autos foram remetidos a esta Procuradoria-Geral para análise e emissão de parecer jurídico quanto à legalidade e à possibilidade do credenciamento pretendido.

É o breve relatório. Passa-se à análise.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações pela Administração Pública, ressalvados os casos especificados na legislação¹. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, recepcionou e aprimorou o instituto do credenciamento como uma das formas de contratação direta.²

¹ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 37, inciso XXI.

² Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ – 18.668.376/0001-34

O credenciamento, antes uma construção doutrinária e jurisprudencial, foi positivado no **artigo 6º, inciso XLIII**, da referida lei, que o define como o "processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados"³.

O enquadramento do credenciamento como hipótese de inexigibilidade de licitação está expressamente previsto no **artigo 74, inciso IV**, da mesma lei, que torna inexigível a licitação "quando inviável a competição, em especial nos casos de [...] objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento"⁴.

O **artigo 79** da Lei nº 14.133/2021, por sua vez, detalha as hipóteses de aplicação e as regras do procedimento. Para o caso em tela, a situação se amolda perfeitamente à hipótese de contratação descrita no inciso II do referido artigo, na qual a seleção é feita "a critério de terceiros", uma vez que o Termo de Referência (item 4.6 e 4.7) estipula que a escolha do profissional será realizada pelo próprio usuário do serviço (paciente), dentre os profissionais devidamente credenciados e disponíveis⁵.

De fato, a natureza dos serviços de saúde demandados torna vantajosa a contratação de todos os profissionais que atendam aos requisitos de habilitação, sem que haja exclusão ou competição por preço entre eles, uma vez que a tabela de valores é fixada pela própria Administração (R\$ 200,12 por consulta). Isso amplia a oferta de serviços à população, garante o atendimento adequado em saúde mental e evita a formação de monopólios ou oligopólios.

³ Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso XLIII.

⁴ Lei nº 14.133/2021, art. 74, inciso IV.

⁵ Lei nº 14.133/2021, art. 79, inciso II e § 1º.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ – 18.668.376/0001-34

Analisando a documentação apresentada, verifica-se que o Município de Monte Belo observou, em sua maior parte, os requisitos procedimentais estabelecidos no § 1º do artigo 79:

1. **Divulgação de Edital:** Foi elaborado o Edital de Credenciamento nº 004/2026, convocando todos os interessados.
2. **Cadastramento Permanente:** O edital prevê a possibilidade de cadastramento de novos interessados durante sua vigência (12 meses), o que atende ao princípio da não exclusão.
3. **Condições Padronizadas:** O Termo de Referência e o Edital estabelecem as condições de prestação dos serviços e os valores de remuneração (preços unitários por consulta), que serão aplicados a todos os credenciados de forma isonômica.

No entanto, a análise do processo revela a necessidade de verificação formal quanto às datas estipuladas no Edital. Conforme o item 3 do Edital, a abertura do credenciamento está prevista para "a partir das 09:00:00 do dia 24/04/2026" e o fechamento para "até às 17:00:00 do dia 24/04/2027". Recomenda-se especial atenção à correta publicação e manutenção destes prazos nos sistemas oficiais e na plataforma AMM Licita, garantindo a ampla publicidade e o efetivo caráter permanente do chamamento durante o período de vigência.

Superada a verificação formal, o mérito administrativo da contratação encontra-se devidamente justificado. O Estudo Técnico Preliminar (ETP nº 012/2026) demonstra, com base em dados históricos e na análise da rede própria, a insuficiência da capacidade assistencial para atender à demanda da população na área de psiquiatria. A contratação complementar caracteriza-se como medida essencial para assegurar a continuidade, regularidade e eficiência



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ – 18.668.376/0001-34

do atendimento especializado em saúde mental aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), o que confere robustez à decisão de contratar.

III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, e com fundamento nos artigos 6º (inciso XLIII), 74 (inciso IV) e 79 (inciso II) da Lei nº 14.133/2021, esta Procuradoria-Geral do Município opina pela **VIABILIDADE JURÍDICA** do prosseguimento do Processo Administrativo nº 071/2026, que objetiva o credenciamento de profissionais médicos especialistas em psiquiatria para a prestação de serviços de consultas médicas.

Recomenda-se, contudo, a estrita observância das normas de publicação do edital, assegurando a ampla divulgação do chamamento público e a manutenção do sistema de cadastramento aberto e acessível a todos os interessados durante todo o período de vigência estipulado.

É o parecer, sob censura.

Monte Belo - MG, 24 de abril de 2026.

LUIZ PAULO MARTINS DE OLIVEIRA

Procurador-Geral do Município de Monte Belo

OAB/MG 185.998